

Nº.13

ACTA Nº.13

99-03-31 ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DE MARÇO DE MIL
NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE:-----

-----Aos trinta e um dias do mês de Março do ano de mil novecentos e noventa e nove, nesta Vila de Odemira, Edifício dos Paços do Concelho e Sala das Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal, tendo comparecido para o efeito, os Senhores: António Manuel Camilo Coelho, Cláudio José dos Santos Percheiro, António Manuel Viana Afonso, José Joaquim Coutinho Correia de Araújo Carvalho, Carlos Alberto Silva Oliveira, Manuel da Silva Cruz e José Alberto Candeias Guerreiro, o primeiro Presidente e os restantes Vereadores desta Câmara Municipal, tendo assistido à reunião o Director do Departamento de Administração Geral , Lic. Sérgio dos Anjos Amargar.-----

-----Pelas dez horas e, depois de verificada a presença de todos os membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou, nos termos da Lei, aberta a reunião, com a ordem de trabalhos publicada através do edital nº.45, datado de 99/03/25.-----

-----Antes da ordem dos trabalhos os Senhores Vereadores da CDU requereram cópia integral do processo de aluguer de equipamentos para reparação de caminhos vicinais, rurais e outros, conforme consta da Acta nº.39, de 21.10.98, face ao parecer interpretativo recebido da CCRA, a fim de completar a apreciação das contas de gerência referentes a 1998.-----

-----O pedido foi recusado pelo Senhor Presidente uma vez que não foram designados especificamente os documentos a fornecer em fotocópia e uma vez que o processo, desde a chegada do parecer da CCRA, está disponível para consulta dos Senhores Vereadores.-----

-----**I - FINANÇAS**-----

-----RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA DO ANO DE 1998:-

O Senhor Presidente submeteu à aprovação da Câmara Municipal o Relatório de Actividades e

a Conta de Gerência do ano de 1998, que acusava no movimento orçamental um saldo da gerência anterior de 185.205.546\$50 (CENTO E OITENTA E CINCO MILHÕES, DUZENTOS E CINCO MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E SEIS ESCUDOS E CINQUENTA CENTAVOS);- Receita cobrada durante a gerência – 3.108.346.106\$00 (TRÊS BILIÕES, CENTO E OITO MILHÕES, TREZENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, CENTO E SEIS ESCUDOS);- Total da receita – 3.293.551.652\$50 (TRÊS BILIÕES, DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS MILHÕES, QUINHENTOS E CINQUENTA E UM MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E DOIS ESCUDOS E CINQUENTA CENTAVOS);- Total da despesa efectuada durante a gerência – 3.001.664.938\$50 (TRÊS BILIÕES, UM MILHÃO, SEISCENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E TRINTA E OITO ESCUDOS E CINQUENTA CENTAVOS);- Saldo para a gerência seguinte – 291.886.714\$00 (DUZENTOS E NOVENTA E UM MILHÕES, OITOCENTOS E OITENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E CATORZE ESCUDOS), e, em operações de Tesouraria um saldo da gerência anterior de 47.770.298\$50 (QUARENTA E SETE MILHÕES, SETECENTOS E SETENTA MIL, DUZENTOS E NOVENTA E OITO ESCUDOS E CINQUENTA CENTAVOS);- Entrada de fundos – 242.312.407\$00 (DUZENTOS E QUARENTA E DOIS MILHÕES, TREZENTOS E DOZE MIL, QUATROCENTOS E SETE ESCUDOS);- Saída de fundos – 232.603.878\$50 (DUZENTOS E TRINTA E DOIS MILHÕES, SEISCENTOS E TRÊS MIL, OITOCENTOS E SETENTA E OITO ESCUDOS E CINQUENTA CENTAVOS);- Saldo para a gerência seguinte – 57.478.827\$00 (CINQUENTA E SETE MILHÕES, QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL, OITOCENTOS E VINTE E SETE ESCUDOS). A conta de documentos acusava um saldo para a gerência seguinte de 1.285.206\$00 (UM MILHÃO, DUZENTOS E OITENTA E CINCO MIL, DUZENTOS E SEIS ESCUDOS).-----

-----Em cumprimento do disposto no artº. 34º. do Decreto-Lei nº.341/83, de 21 de Julho, e,

depois de os ter examinado devidamente, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e 3 votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, aprovar o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência do ano de 1998, que vai ficar arquivada no maço de documentos respeitante à presente acta e bem assim, apresentar os referidos documentos à Assembleia Municipal, para efeitos de apreciação e aprovação, conforme determina a alínea c) do nº.2 do artº. 39º., do Decreto-Lei nº.100/84, de 29 de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº.18/91, de 12 de Junho.-----

-----Os Senhores Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária apresentaram a declaração de voto, que a seguir se transcreve:-----

-----CDU-Coligação Democrática Unitária PCP-PEV.-----

-----“DECLARAÇÃO DE VOTO-----

-----Analisando os documentos que traduzem a gestão da maioria Socialista no seu primeiro ano de mandato à frente dos destinos do Concelho e tendo em conta as suas promessas eleitorais, é com bastante mágoa que constatamos que, **no que respeita às receitas entradas no Município**, pouco delas resultou da acção dos eleitos Socialistas, quer pela apresentação de projectos, candidaturas, quer por outras iniciativas. Aliás, mais à frente na apreciação das despesas, podemos ver que, na descrição dos investimentos de capital, os eleitos da maioria Socialista não lançaram uma única obra nova considerada fundamental para o bem estar e qualidade de vida da nossa população e, até pelo contrário, pararam algumas que estavam em curso e deixaram sem controlo de execução outras que estavam adjudicadas, isto é, limitaram-se a gerir as situações e, a nosso ver, mal.-----

-----É de notar no capítulo das receitas o aumento significativo do FEF e dos impostos directos e a entrada de 297.167.915\$00 do empréstimo contraído junto da CGD, para ocorrer aos prejuízos da intempérie de 1997, empréstimo esse que inclui cerca de 24 mil contos, verba esta recebida duplamente, ou seja, do empréstimo contraído na CGD e da Companhia

Seguradora, atitude que consideramos reprovável, pouco séria e de duvidosa legalidade, a qual merecerá com certeza apreciação numa futura inspecção, além de que os valores recebidos do empréstimo na sua maioria não foram aplicados nas obras relacionadas nos documentos entregues na instituição bancária.-----

-----Pelos elementos que nos foram fornecidos, verificamos que, na rubrica PROTECÇÃO CIVIL, a comparticipação do Instituto da Água para limpeza e desobstrução de diversos cursos de água no Concelho (“ribeiras”) foi de 32.550.000\$00, mas a despesa foi de 53.069.730\$00. Tal como dissemos na altura, e por isso nos abstivemos, o Município iria suportar encargos e assumir responsabilidades que competiam ao Ministério do Ambiente, o que, de facto, se veio a verificar. Como tivemos ocasião de o dizer publicamente, o Município financiou o Ministério do Ambiente, porque assumiu responsabilidades da competência total do Estado.-----

-----Neste capítulo das receitas, lamentamos a ineficácia da gestão socialista porque, tendo financiamentos comunitários garantidos, não os soube aproveitar, prejudicando a entrada de receitas no Concelho que se traduziriam em postos de trabalhos, no combate ao desemprego e no desenvolvimento tão necessário com vista ao bem estar e qualidade de vida da nossa população.-----

-----Pela análise da receita dos fundos recebidos do “exterior” que inclui comparticipações comunitárias, verificamos que o dinheiro entrado no ano de 1998 refere-se a obras todas iniciadas no mandato CDU, que pelos cronogramas financeiros e mapas de trabalho deveriam (à excepção da Biblioteca Municipal) ter ficado concluídas durante o ano de 1998, mas lamentavelmente, com todos os prejuízos daí resultantes, só irão ficar concluídas em 1999.-----

-----Analisando as **despesas do Município**, verificamos que afinal a montanha pariu um rato.-----

----- Não foi dado cumprimento ao Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 1998, não houve uma única obra nova, seja no sector do Saneamento Básico, na Viação Rural ou no

Equipamento Regional e Urbano. Vejamos:-----

-----No sector do Saneamento Básico lamentamos a suspensão das obras nas povoações de Campo Redondo e Castelão, o adiamento no lançamento dos concursos das obras das povoações de Fataca, Malavado, Cavaleiro, Brejão, Azenha do Mar, Baiona e S. Miguel, assim como lamentamos o adiamento dos concursos no reforço e qualidade da água em povoações como Zambujeira do Mar e São Teotónio.-----

-----É de referir ainda que foram abandonadas as pequenas obras de distribuição domiciliária de água, encontrando-se depósitos e materiais ao abandono em diversos locais e que representam dinheiro público desperdiçado.-----

-----No sector da Viação Rural , é lamentável que desde Abril de 1998, depois de tomada posse administrativa, a estrada de Vale Touriz a Corte Sevilha e o ramal das Moitinhas não tenha sido concluída durante o ano.-----

-----É altamente reprovável que quem se diz ser contra a desertificação tenha parado a estrada que estava em construção entre Pereiras-Gare e Fitos com ligação à estrada nacional Lisboa/Algarve e até, para cúmulo, tendo deixado máquinas em autêntico abandono no local.---

-----No sector do Equipamento Regional e Urbano, são flagrantes as prepotências da maioria socialista durante o ano de 1998:-----

----- - 100 mil contos do bairro dos Alagoachos ficaram em cofre (sem serem aplicados), afinal dinheiro que moradores e proprietários com tanto sacrifício depositaram à ordem do Município para a execução de equipamentos, mas... nada se fez, pelo que queremos aqui deixar expresso que, no caso de ocorrerem sinistros naquele bairro dada a proximidade com a EN 393, a responsabilidade cabe apenas à gestão socialista;-----

----- - Gastou-se em electrificações durante o ano somente 2200 contos, quando existiam compromissos entre a Câmara e a SLE para electrificar as povoações de Vale Figueira, Flor dos Montes, Monte Paris, Monte dos Medos, Várzea dos Porcos, Besteiros, Malhadil/Monte da

Estrada, Gavião, João Martins, Vale Fontes, Eirinhas/Cumeada, Portela do Vale Negro, Carapetos/Vale Bejinha. Para os eleitos da maioria socialista não há compromissos;-----

----- - As Escolas Primárias estão por reparar; a construção de novos Jardins de Infância está por executar; a conclusão de Centros Sociais, o apoio financeiro aos Lares de Terceira Idade e Centros de Dia, os espaços desportivos adiados, foram uma constante neste primeiro ano de gestão da maioria socialista.-----

-----Curiosamente os atropelos às regras elementares foram outra constante. Vejamos:-----

-----O Executivo Camarário aprovou em 27 de Maio de 1998 para realização da FACECO a quantia de 41.500 contos para despesas de funcionamento e em 3 de Junho de 1998 a quantia de 25.000 contos para despesas de capital. Na análise das contas de gerência a gestão da maioria socialista apresentou em despesas de capital 90.525.809\$50. Com que autorização e deliberação do Executivo o fez é que desconhecemos!-----

-----Já quanto às despesas de funcionamento que deverão ser repartidas pelas entidades que promovem a feira é que desconhecemos totalmente os seus valores, pois os custos de funcionamento e as receitas que habitualmente eram apresentadas logo após o apuramento de contas, com a da maioria socialista são segredo. Talvez para não sabermos os custos suportados com a empresa de segurança, com palcos alugados ou outros custos comprometedores. Quem procede assim, alguma coisa quer esconder e demonstra ter pouco respeito pela oposição.-----

-----Reparo importante merece o capítulo das **despesas com a rubrica da Protecção Civil**. Gastaram-se 302.864.808\$50. Esta rubrica foi, a nosso ver, um autêntico “saco” que serviu para tudo e até serviu para que o Sr. Presidente da Câmara, sempre que entrevistado ou sempre que falasse com alguém, se escudasse e alegasse que pouco podia fazer para além da resolução do problema das intempéries, quando quem andou nessa azáfama foram os Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia.-----

-----É de notar que no investimento para a reparação de caminhos ou outras obras das intempéries foi concedido por lei a simplificação de procedimentos, mas nunca à revelia do Executivo Municipal. O que aconteceu foi que a gestão da maioria socialista só passado 10 meses após o início das obras levou um despacho ao colectivo para ratificação, que a nosso ver não tornou legal os actos praticados e cujo conteúdo é por demais duvidoso, levando-nos a pensar que se tratou de um autêntico “cozinhado”, pois até nos foi recusada fotocópia do processo. Vejamos:-----

-----Ao analisarmos as despesas com a Protecção Civil, verificamos que foram gastos na reparação de caminhos 158.189.879\$00, cuja utilização nos merece os seguintes reparos:-----

----- - O Executivo Municipal autorizou a contratação de prestadores de serviços de aluguer de máquinas e viaturas até ao valor de 30.000.000\$00, mas a gestão socialista, à revelia dessa autorização, ultrapassou aquele limite sem qualquer base legal;-----

----- - Tal como se dizia e falava, as contas de gerência vieram esclarecer que, na reparação de caminhos, uns foram filhos e outros enteados. Houve Juntas de Freguesia onde se gastaram 43.000 contos, caso de S. Teotónio; 32.000 contos, caso de Salvador; 16.000 contos, caso de Relíquias; 11.000 contos, caso da Zambujeira do Mar; 10.000 contos, caso de Santa Maria; 9.000 contos, caso de Colos; **todas de maioria socialista**. Destacam-se ainda Saboia e Luzianes-Gare com 7.000 contos e todas as restantes abaixo dos 5.000 contos, tendo Vale de Santiago 1.700 contos e Pereiras-Gare 1.441 contos.-----

----- - Na aquisição da materiais cujo valor dispendido foi de 66.120.879\$00, verifica-se que 6.333 contos foram gastos na aquisição de manilhas, 2.251 contos na aquisição de cimento, 1.541 contos em passeios, 6.133 contos em diversos e, **pasme-se**, 33.969.837\$00 em **inertes** e 15.890.564\$00 em **emulsões**. Em que obras das intempéries foram gastos estes últimos valores?-----

- Tal como dizíamos, o “saco” Protecção Civil serviu para muita coisa, além de que era

necessário fazer crer aos Ministérios que muito se tinha gasto e que, mesmo que não fossem casos de reconstrução ou reparação relacionados com a intempérie/97, era necessário pagar pela rubrica Protecção Civil para tapar os olhos de alguns mais descuidados.-----

-----Os argumentos apresentados no Executivo Municipal e na Assembleia Municipal sobre a necessidade e urgência de um empréstimo de 1.100.000 contos para ocorrer às despesas das intempéries e à necessidade de realização urgente de várias obras importantes para a população eram verdadeiros? Porque razão desse empréstimo apenas foram utilizados 297.167.915\$00? A CDU afinal tinha razão. As justificações eram falaciosas.-----

-----Pela apreciação que fizemos, podemos concluir que a gerência da maioria socialista com referência ao ano de 1998 ficou marcada pela desorganização, falta de estratégia e até incúria que se repercutirá no ano de 1999, pelo que em consciência, **nós, os eleitos da CDU, não pactuando com segredismos, falta de transparência, incumprimentos legais, uso e abuso de poder, votamos contra o Relatório de Actividades, Conta de Gerência e documentos anexos do ano de 1998.**-----

-----Odemira, 31 de Março de 1999-----

-----a) – Cláudio José dos Santos Percheiro-----

----- - Cláudio José dos Santos Percheiro-----

----- - a) - José Joaquim Coutinho C. de A. Carvalho-----

----- - José Joaquim Coutinho C. de A. Carvalho-----

----- - a) - Manuel da Silva Cruz-----

----- - Manuel da Silva Cruz.-----

-----Seguidamente o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores, eleitos pelo Partido Socialista, apresentaram o Protesto, que a seguir se transcreve:-----

-----“Reunião de 31/3/99-----

-----PROTESTO-----

-----A CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentou hoje na reunião extraordinária da Câmara Municipal , e ao ser votada a Conta de Gerência relativa ao ano de 1998, bem como o Relatório de Actividades, uma declaração de voto, em que mais uma vez demonstra o seu mau perder eleitoral, o despeito pelo inequívoco surto de desenvolvimento que começa a despontar no Concelho, fruto de um ano de 1998 de planeamento, de projectos de trabalho e de parcerias com outras entidades.-----

-----Pela levandade inacreditável falta de verdade das afirmações produzidas, há que responder, sobre a hora e taco a taco a tal declaração de voto:- -----

-----1: PREJUÍZOS NOS ARMAZÉNS MUNICIPAIS-----

-----O valor a que a CDU se refere foi incluído na relação de prejuízos apresentados, pelo Antigo Presidente da Câmara, Cláudio Percheiro, e submetido por ele à aprovação do Ministro do Equipamento. Não pelos eleitos do Partido Socialista. A lista foi homologada na totalidade pelo Governo, designadamente pelo referido ministro. Obviamente que o empréstimo na Caixa Geral de Depósitos foi feito com base no documento homologado, integralmente, como manda a lei e a Caixa o exigiu. Entretanto a Companhia de Seguros pagou a indemnização devida. Obviamente é para isso que se fazem seguros. Tivesse o Partido Socialista rejeitado a indemnização (Não se vê como) e hoje estaria a ser acusado de não ter recebido o seguro, ou pior, sendo acusado da Câmara pagar os seguros e em caso de dano, os não receber em termos indemnizatórios.-----

-----A CDU, esqueceu-se do essencial, na sua ânsia crítica de bota abaixo. O empréstimo tem um período de utilização e pode até ter partes em que não seja utilizado. Quem lhe garante que no final isso vai acontecer?-----

-----Fala em inspecções. Óptimo! Que venham e se fôr o caso corrijam comportamentos incorrectos e se houver problemas que se levantem. Mas já agora, não foi a gestão do Partido Socialista a responsável pelos factos que constam do relatório da última inspecção realizada e

que estão em Tribunal. Outros o serão, talvez.-----

-----2 – LIMPEZA DE RIBEIRAS-----

-----Todas as Câmaras do País, ou pelo menos a maior parte subscreveram protocolos de cooperação com o Governo em matéria de limpeza de ribeiras. Só no Governo Civil de Beja no dia em Odemira o fez, estiveram mais de 40 Câmaras. Irònicamente, muitas delas da CDU, do Baixo e Alto Alentejo.-----

-----Quanto à verba.-----

-----O valor de 32.550.000\$00 foi objecto do 1º. Protocolo assinado e financiado a 100%. Há um 2º. Protocolo financiado a 75% de que a CDU se esqueceu. Mas a grande verdade é que a diferença entre os 53.069.730\$00 e os 32.550.000\$00, resultam de apoios em equipamento alugado que a Câmara deu em diversas ribeiras, e a diversas juntas de freguesia, entre as quais algumas da CDU. Não o tivéssemos feito e hoje estaríamos a ser acusados de ser insensíveis por não termos feito o que fizemos. Mas a nosso ver, fizemos o que tinha de ser feito já que o ajudar as freguesias e as populações, justificaram o esforço.-----

-----3 – EXECUÇÃO DE OBRAS VINDAS DA GESTÃO CDU-----

-----É a confusão completa por parte da CDU. Num lado acusa-nos de não ter feito nada e de ter parado obras, noutro acusa-nos de ter feito andar as que deixou a meio ou por fazer.-----

-----A grande verdade é que as obras iniciadas foram na generalidade continuadas, já que não fazia qualquer sentido parar as obras, só porque o Partido Socialista tinha ganho as eleições, o que ainda não passou à CDU. Se calhar e conforme se pode entender da sua declaração de voto, faria mais sentido para a CDU; pôr uma placa nas obras dizendo “que esta obra foi parada porque a CDU a iniciou e agora vieram os socialistas que não fazem obras iniciadas pelos comunistas”. Será isto?-----

-----4 – OBRAS NOVAS-----

-----A CDU continua cega. De facto não ver o que de novo se fez no ano de 1998, quer em

Odemira sede do Concelho, quer em TODAS as freguesias é não ter visão. Não por não ver, mas por pura má fé política.-----

-----Os bairros Sociais pavimentados não são Obra Nova?-----

-----Como o embelezamento da zona das Escolas?-----

-----Como na Vila de Odemira, como os calcetamentos, como as redes de Águas e Esgotos.

-----E nos projectos, o que se fez. Praticamente tudo porque quando chegámos à Câmara a carteira de projectos era zero.-----

-----E escamoteia a CDU os 1580 Km de caminhos vicinais e rurais reparados, alguns quase integralmente e outros que há mais de 10 anos não viam saibro nem máquina.-----

-----Isto num ano? Não é sequer cegueira, é má fé!-----

-----Dizem que suspendemos obras? Pudera!-----

-----Pergunte-se no Departamento Técnico porquê e ver-se-à a excelência dos projectos! E os acordos para passarem as tubagens com os particulares. O caso do Castelão é um caso exemplar de faltas de cuidado da CDU!-----

-----E o Campo Redondo? Onde estava o projecto da Estação de Tratamento? Em lado nenhum claro, já que o Partido Socialista que o está a fazer.-----

-----Fala a CDU no lançamento dos concursos das povoações de Fataca, Malavado, Cavaleiro, Azenha do Mar, Baiona e S. Miguel e da qualidade de água em Zambujeira do Mar e S. Teotónio.-----

-----É ver onde andavam os projectos dessas obras!-----

-----Nem um só existia por completo em 1998 quando chegámos à Câmara. É ver as datas que estão nos projectos que foram feitos pelo Gabinete de Apoio Técnico em Grândola.-----

-----Todos de 1998, com o Presidente da Câmara a insistir todo o ano para que fossem feitos. Se não havia projectos tem a CDU uma varinha mágica que abra concursos? Ou tratar-se-à de manobra para levar os Socialistas a uma ilegalidade?-----

-----Fala ainda do Caminho Municipal 1187 de Vale Touriz à Corte Sevilha. Veja-se quem iniciou o processo, quem corrigiu o projecto, quem lançou o concurso e ver-se que mais uma vez foram os Socialistas a resolver.-----

-----Aliás, será legítimo perguntar porque está a estrada por fazer há anos e só agora vai ter o desejado pavimento.-----

-----Pergunte-se à população quantos anos esperou. Só isso!-----

-----Falam ainda dos Alagoachos e de estarem 100.000 contos na conta própria daquele Bairro. Bom isso é um tiro no pé, já que a mesma conta já chegou a ter mais de 300.000 contos e com ausência de obras. Os moradores ainda hoje falam disso.-----

-----As obras estão em curso e quando tiverem o seu final o dinheiro não será certamente esse, porque foi aplicado, com o cumprimento dos compromissos assumidos, imagine-se pela CDU que agora critica o que fez.-----

-----Nas electrificações nem valia a pena falar, tal a injustiça que a CDU comete relativamente aos eleitos Socialistas na Câmara.-----

-----A CDU nunca teve a coragem de gastar dinheiro no passado mandato em electrificação.-----

-----Tinha em seu poder na Câmara projectos vários, alguns de 1989 e de antes que nunca executou.-----

-----Foi no final do ano passado que os Socialistas resolveram avançar, quer pela SLE/EDP quer por concursos públicos em fase de abertura, com um valor de 160.000 contos para 1999, sendo certo que algumas obras já estão em execução.-----

-----Não há de facto qualquer razão para nos acusar já que estamos a fazer o que eles no passado mandato jamais fizeram. Investir em electrificações para bem das populações.-----

-----Vejam-se ainda as escolas primárias. Todas elas tem sofrido obras de reparação, de pavimentação das salas, de reparação de caixilharias e de electricidade, telhados etc. Vão

mesmo ter telefone já no presente ano. Vem a CDU falar das escolas que ano após ano deixou degradar inacreditavelmente? Pergunte-se aos Presidentes de Junta, todos, aos professores se nos últimos anos tiveram o apoio que hoje lhes é dado? É só perguntar.-----

-----Quanto a Faceco, a CDU para além de adiar indefinidamente o alargamento e modernizar o funcionamento da feira (o que os Socialistas fizeram em 1998), hoje critica o que apoiou.-----

-----O dinheiro de funcionamento é para funcionamento. Não para as obras! Os 25.000 contos não são obras, mas a compra o 3º. Pavilhão na zona nova da Feira, adquirido à Caixa de Crédito Agrícola que o construiu com o voto da CDU. As obras feitas, são as que constavam no plano de Actividades e Orçamento, feitos pela CDU em Dezembro de 1997, para o ano de 1998 e que os Socialistas cumpriram. ERA o Orçamento e o Plano da CDU, que agora nos critica porque fizemos obras.-----

-----Nem vamos comentar os palcos e a segurança da FACECO porque os resultados falam por si; mas já agora não consta que a CDU não estivesse na zona nova da Feira, nem que não tivesse assistido aos espectáculos. É paradigmático que apenas se critica porque foram os Socialistas a realizar.-----

-----Sempre valerá no entanto a pena dizer, que na opinião da CDU é melhor levar mais de um mês a montar palcos, atrasando tudo o resto, do que alugar um palco e os restantes trabalhos prosseguirem! Opiniões...-----

-----5 – PROTECÇÃO CIVIL-----

-----Este é talvez o aspecto mais doloroso da declaração de voto. Pela injustiça do que se afirma, pela insensibilidade face aos problemas das pessoas, pelo completo desprezo de quem planeou, escreveu, projectou, trabalhou de dia e de noite para que as pessoas hoje estivessem um pouco melhor.-----

-----Mas, quer na Câmara, técnicos e funcionários e eleitos, quer lá fora onde hoje há

fontes, pontões, aquedutos e caminhos reparados na totalidade, .-----

-----Sabe-se que valeu a pena, que o trabalho de todos, (excepto da CDU que nada fez e agora como sempre durante o processo criticou), foi apreciado reconhecido e que as pessoas sentem isso. E melhor, dizem que nunca foram tratadas assim, com consideração e atenção por parte da Câmara e Juntas.-----

-----A CDU, maldosamente tenta criar dificuldades ao excelente relacionamento entre o Presidente da câmara, restantes eleitos Socialistas na Câmara, técnicos e funcionários, e as Juntas de Freguesia.-----

-----E tenta-o agarrando nos números que lhe foram facultados, de resto como requereu e que o Presidente da Câmara atendeu.-----

-----Diz que nas Juntas umas são filhas e outras enteadas. Mentira! Pura mentira já que aquele documento revela apenas a especificidade dos estragos que cada Junta teve e a sua capacidade de realizar obras, reparando, construindo.-----

-----E se há Juntas que no seu território gastaram mais dinheiro, o mapa refere pagamento de materiais e, sobretudo, pagamentos a terceiros por aluguer de horas/máquina.-----

-----A verdade das coisas levaria a que a CDU devesse entender que há Juntas onde os equipamentos Municipais trabalharam semanas/meses e que tais custos não são indicados no mapa por completa impossibilidade de desagregar tal trabalho pelas diversas Juntas.-----

-----Concretamente, é correcto afirmar que os números do mapa são inversamente proporcionais ao trabalho dos meios municipais nas Juntas de Freguesia.-----

-----De resto bastará lembrar à CDU, que em termos de intempéries as reuniões foram sempre com as 15 Juntas e todos por igual foi dito o que fazer. Sempre foi assim, por uma questão de tratamento igual aos Presidentes e a todos por igual considerar como amigos.-----

-----Por último e neste aspecto, foram pedidos 297.167.915\$00 à Caixa Geral de Depósitos porque na data em que o pedido foi feito, relativamente ao empréstimo homologado pelo

Governo era nessa data o valor da obra realizada. Hoje, seguramente, a Câmara poderá pedir mais 200 ou 300 mil contos, pois já há obra para justificar isso.-----

-----6 – NOTAS SOLTAS E CONCLUSÃO-----

-----Vale a pena lembrar as dificuldades que a CDU desde o início do mandato sempre procurou criar à gestão Socialista e tenha-se como base exactamente as Intempéries/97, tratadas e bem por nós ao longo de 1998.-----

-----a) Processo do empréstimo-----

----- - Apregoadas irregularidades e ilegalidades dentro e fora da Câmara, sendo sempre contrária ao processo, abstendo-se por falta de legitimidade e de regularidade do processo, especialmente ao nível do Trib.Contas.-----

-----Resultado:-----

----- - Aprovação na Assembleia Municipal, com votos a favor de todos os Presidentes de Junta, e abstenção dos eleitos mais ortodoxos da CDU, cumprindo a disciplina partidária-----

----- - Visto pelo Tribunal de Contas-----

----- - Aprovação do empréstimo, em regime de Conta Corrente (que a CDU pareceu - esquecer nas suas acusações).-----

-----b) Ponte de Luzianes-----

----- - Todas as dúvidas já na parte de adjudicação e do tipo de legislação a invocar.-----

-----Resultado:-----

----- - Aprovação/visto do Tribunal de Contas.-----

-----c) Edifício da Rua José Maria Andrade em Odemira para realojamento (em parte) dos atingidos pelas intempéries.-----

----- - Um processo que a CDU esteve sempre contra alegando irregularidades processuais, obrigando a um parecer da CCRA, que quando chegou, em nada alterou a posição da Coligação, apesar de dar razão aos socialistas.-----

-----Resultado:-----

----- - Processo de concurso aberto e fechado com adjudicação.-----

----- - Aprovação do Instituto Nacional de Habitação, com financiamento dos fogos
-----para realojamento.-----

----- - Visto/Aprovação do Tribunal de Contas.-----

-----Poderíamos apontar dezenas de casos, onde a acção em termos de executivo da CDU,
foi pura e simplesmente de atrasar processos, criar dificuldades e não raras vezes até contra
pareceres oficiais estar contra.-----

-----Não nos aflige isso, porque embora em nosso entender a política deva ser feita de outra
maneira, compreendemos que a vida não é fácil para a CDU, e que os primeiros resultados da
Gestão Socialista, mostram clareza, pragmatismo, concretização e sobretudo estratégia, o que,
na verdade são conceitos estranhos à gestão CDU em Odemira.-----

-----Porém, e em nome da verdade das coisas e, da defesa das pessoas que na Câmara e lá
fora tornaram possível este rasto de esperança havia que protestar, veemente e desmistificando
o que a CDU afirma sem razão.-----

-----Assim o fizemos.-----

-----À CDU e finalmente, resta o desgosto e o despeito de ver os Socialistas desenvolver o
Concelho.-----

-----Odemira, 31 de Março de 1999-----

-----a) - António Manuel Camilo Coelho-----

-----Subcrevo a) - António Manuel Viana Afonso-----

-----Subcrevo a) - Carlos Alberto Silva Oliveira-----

-----Subcrevo a) - José Alberto Candeias Guerreiro-----

-----31-03.99”.-----

-----APROVAÇÃO:- A presente acta foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos do nº.4 do artigo 85º., do Decreto-Lei nº. 100/84, de 29 de Março.-----

-----Eram treze horas e trinta minutos.-----

-----ENCERRAMENTO:- Findos os trabalhos, o Senhor Presidente declarou, nos termos da Lei , encerrada a reunião do que, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida, vai ser devidamente assinada.-----

-----E eu, _____, Director do Departamento de Administração Geral, a subscrevi.-----

ÍNDICE

CAPÍTULO		PÁG.
I	- Órgãos da Autarquia.....	1
II	- Finanças.....	2
III	- Administração Geral.....	3
IV	- Representações e Solenidades.....	4
V	- Desenvolvimento Sócio Económico do Concelho.....	5
VI	- Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres.....	6
VII	- Turismo.....	8
VIII	- Obras Municipais.....	9
IX	- Património Municipal.....	10
X	- Posturas e Regulamentos.....	11
XI	- Planeamento Urbanístico.....	11
XII	- Licenciamento de Obras e Loteamentos Particulares	11

